

■ 11.18. QUESTÕES

1. (Magistratura/SP/171.º) Analise as afirmações abaixo:

- I. O Magistado só poderá exercer uma função no Magistério se estiver em disponibilidade.
- II. Desde seu ingresso na carreira, o Magistrado só poderá perder seu cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- III. Somente poderão ingressar no STF os Ministros que exerceram durante dois anos suas funções no STJ.
- IV. Os Tribunais poderão declarar a Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, pelo voto da maioria de seus membros ou dos membros do seu órgão especial.

Pode-se afirmar que:

- a) todas as afirmações estão incorretas;
- b) todas as afirmações estão corretas;
- c) apenas as afirmações I e II estão corretas;
- d) apenas a afirmação III está correta.

2. (OAB/SP/107.º) Em relação às garantias da magistratura, é correto afirmar que:

- a) a vitaliciedade é sempre adquirida pelos magistrados após dois anos de exercício no cargo;
- b) a inamovibilidade pode ser afastada por motivo de interesse público;
- c) a irredutibilidade de subsídio torna os juizes imunes à tributação por meio do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza;
- d) a vitaliciedade impede definitivamente a perda do cargo pelos juizes.

3. (OAB/SP/109.º) Projeto de iniciativa do Tribunal de Justiça estadual recebeu emenda parlamentar para atribuir remuneração aos Juizes de Paz, matéria não contemplada no projeto original. A emenda:

- a) funda-se na competência do Poder Legislativo para dispor sobre fixação de remuneração de servidores;
- b) viola a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário;
- c) terá que ser autorizada pelo Tribunal de Justiça;
- d) tem fundamento constitucional, porque a justiça de paz não se insere no quadro da magistratura.

4. (Magistratura/SP/172.º) Os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal são processados e julgados, originariamente:

- a) pelo STJ, nos crimes comuns, e pelos Tribunais de Justiça a que pertençam, nos crimes de responsabilidade;
- b) pelo STF, nos crimes de responsabilidade, e pelo STJ, nos crimes comuns;
- c) pelo STJ, nos crimes comuns e nos de responsabilidade;
- d) pelo STF, tanto nos crimes comuns, como nos de responsabilidade.

5. (MP/78.º/SP) A ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados:

- a) será conhecida e julgada pelo STJ;
- b) será conhecida e julgada pelo Senado Federal;
- c) não será conhecida, pela suspensão que decorre do envolvimento dos julgadores;
- d) será conhecida e julgada pelo Conselho da República;
- e) será conhecida e julgada pelo STF.

6. (Magistratura/SP/171.º) A escolha e a nomeação do advogado para compor o quinto constitucional é da competência:

- a) da Ordem dos Advogados, exclusivamente;
- b) do Poder Executivo e do Poder Judiciário;
- c) da Ordem dos Advogados, do Poder Judiciário e do Poder Executivo;
- d) do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

7. (AFC/CGU/ESAF/2008) Assinale a única opção incorreta relativa ao Poder Judiciário.

- a) São órgãos do Poder Judiciário os Tribunais e Juizes Eleitorais, inclusive as Juntas Eleitorais.
- b) São órgãos do Poder Judiciário os Tribunais e Juizes Militares, inclusive o Tribunal Marítimo.
- c) A participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados constitui etapa obrigatória do processo de vitaliciamento do juiz.
- d) A lei pode limitar a presença, em determinados atos dos órgãos do Poder Judiciário, inclusive julgamentos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes.
- e) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, inclusive as disciplinares, que também devem ser tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

8. (AGU — CESPE/UnB — 2010) Com relação às competências do STF, do STJ e da justiça federal, julgue os itens seguintes:

O STF reconhece sua competência originária para julgar ação judicial tendo como partes entidade da administração indireta federal, de um lado, e estado-membro, de outro, na hipótese de discussão acerca de imunidade recíproca.

9. (Analista Administrativo MPU — CESPE/UnB — 2010) Julgue os itens a seguir, referentes ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça:

De acordo com a CF, compete aos juizes federais processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvadas as competências da justiça militar e da justiça eleitoral.

10. (Analista do MPSE — Área Direito — FCC — 2010) Dentre outras, é competência do Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar originariamente:

- a) os *habeas data* e os mandados de segurança contra ato de Ministros de Estado ou do próprio Tribunal.
- b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados.
- c) as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais quando a decisão recorrida contrariar lei federal.
- d) o *habeas data* e o mandado de injunção contra ato do Procurador-Geral da República.
- e) os mandados de segurança e de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se concessiva a decisão.

11. (Analista Judiciário TRT 9ªR. — Administrativa — FCC — 2010) Considerando o Superior Tribunal de Justiça, é certo que:

- a) julga, em recurso especial, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- b) compõe-se de, no mínimo, vinte e sete Ministros, que serão nomeados pelo Presidente da República.
- c) processa e julga, originariamente, o *habeas data* contra ato do Comandante do Exército.
- d) tem a iniciativa da ação declaratória de constitucionalidade.
- e) funcionará junto a essa Corte o Conselho Nacional de Justiça.

12. (Analista Processual MPU — CESPE/UnB — 2010) No Estado brasileiro, a atuação dos três poderes dá-se de forma harmônica, mas complementar. Acerca dos poderes, do seu funcionamento e dos respectivos integrantes, julgue o item subsequente:

Os Tribunais Regionais Federais podem funcionar de forma descentralizada, constituindo Câmaras regionais, como forma de assegurar a plenitude do acesso à justiça.

13. (Técnico Judiciário do TJ/MG — 2010) Em face da existência do Tribunal de Justiça Militar em Minas Gerais, é CORRETO afirmar que:

- a) se compõe integralmente por oficiais militares.
- b) o efetivo militar do Estado é superior a vinte mil integrantes.
- c) o Tribunal tem competência para julgar recursos envolvendo as polícias das forças armadas.
- d) sua existência decorreu da extinção do Tribunal de Alçada.

14. (Adv. Petrobras/CESGRANRIO-2008) O controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes é competência constitucionalmente atribuída ao:

- a) Tribunal de Contas da União.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Superior Tribunal de Justiça.
- d) Conselho Nacional de Justiça.
- e) Conselho da Justiça Federal.

15. (TJSE/CESPE-UnB/2008) Assinale a opção correta quanto ao CNJ:

- a) O CNJ pode, apenas mediante provocação em sede recursal, rever os processos disciplinares de juizes julgados há menos de um ano.
- b) O poder de fiscalização do CNJ alcança, além dos magistrados, os serviços auxiliares e até serviços notariais e de registro.
- c) O CNJ não é órgão do Poder Judiciário porque, em sua composição, há indicação de membro do Ministério Público da União, de advogados indicados pela OAB e de dois cidadãos indicados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.
- d) Compete ao ministro do STF, que integra o CNJ, o exercício das funções de corregedor.
- e) O procurador-geral da República e o presidente da OAB são membros natos do CNJ.

16. (OAB-SP/CESPE/UnB/2008/135.º) O Conselho Nacional de Justiça:

- a) não integra o Poder Judiciário.
- b) tem seus atos sujeitos a controle apenas no STF.
- c) ainda não teve a constitucionalidade da sua instituição apreciada pelo STF.
- d) exerce função jurisdicional em todo o território nacional.

17. (PGE-CE/CESPE/UnB-2008) No referente ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a opção correta:

- a) O CNJ é órgão do Poder Judiciário com poder jurisdicional em todo o território nacional.
- b) As decisões do CNJ fazem coisa julgada formal e material.
- c) Ao CNJ cabe rever, em grau de recurso, as decisões jurisdicionais dos membros do Poder Judiciário.
- d) Os atos do CNJ estão sujeitos ao controle jurisdicional do STF.
- e) Nos crimes de responsabilidade, os membros do CNJ são julgados perante o STF.

18. (Procurador do MP junto ao TCE/RO — FCC/2010) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ):

- a) é órgão fiscalizador da atividade administrativa e financeira do Poder Judiciário e dos órgãos que desempenham funções essenciais à Justiça previstos na Constituição.
- b) não integra a estrutura do Poder Judiciário para que possa exercer, com isenção, a atividade de controle externo das atividades jurisdicionais.
- c) é composto por quinze membros, com mandato de quatro anos, não admitida a recondução, sendo o seu Presidente o mesmo do STF.
- d) é integrado por conselheiros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- e) tem competência para apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

19. (Exame da OAB Unificado 2010.2 — FGV) A respeito do Conselho Nacional de Justiça é correto afirmar que:

- a) é órgão integrante do Poder Judiciário com competência administrativa e jurisdicional.
- b) pode rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juizes e membros de Tribunais julgados há menos de um ano.
- c) seus atos sujeitam-se ao controle do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- d) a presidência é exercida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal que o integra e que exerce o direito de voto em todas as deliberações submetidas àquele órgão.

20. (MPE/PR-2008) Analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa correta:

I. o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão da maioria absoluta dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário;

II. compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias;

III. funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e o Conselho da Justiça Federal;

IV. o Supremo Tribunal Federal é composto por onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada;

V. compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente, os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

- a) apenas as assertivas I, IV e V estão corretas;
- b) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas;
- c) apenas as assertivas I, II e V estão corretas;
- d) apenas as assertivas II, III e IV estão corretas;
- e) apenas as assertivas II, III e V estão corretas.

21. (Analista Judiciário TRT 17.ª Região/ES UnB/CESPE — 2009) Conforme entendimento do STF, compete à Justiça do Trabalho apreciar litígios instaurados contra entidades de previdência privada e relativos à complementação de aposentadoria, pensão ou de outros benefícios previdenciários, desde que a controvérsia jurídica resulte de obrigação oriunda de contrato de trabalho.

22. (OAB 137.ª CESPE/UnB — 2009) De acordo com dispositivo constitucional vigente, a súmula com efeito vinculante:

- a) será editada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), para a correta interpretação de lei federal.
- b) será editada por qualquer tribunal, quando houver reiteradas decisões que recomendem a uniformização do entendimento pelos juizes de primeiro grau.
- c) será editada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após reiteradas decisões sobre matéria constitucional.
- d) será editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para o aprimoramento das rotinas administrativas dos órgãos do Poder Judiciário.

23. (MP/MA — 2009) No tocante à "súmula vinculante":

- a) podem editá-la o STF e STJ, mediante aprovação de dois terços de seus membros, e ao seu conteúdo estarão vinculados não só os órgãos do Poder Judiciário como também os da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;
- b) pode editá-la apenas o STF, mediante aprovação de dois terços (2/3) de seus membros e ao seu conteúdo também estará vinculada a administração pública direta e indireta;
- c) pode editá-la apenas o STJ, mediante aprovação de dois terços de seus membros e ao seu conteúdo estarão vinculados apenas os órgãos do Poder Judiciário.
- d) podem editá-la o STF e o STJ, mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros e ao seu conteúdo estarão vinculados os órgãos do Poder Judiciário;
- e) pode ser editada pelo STF, mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros.

24. (Exame da OAB Unificado 2010.2 — FGV) Em relação à inovação da ordem constitucional que instituiu a nominada Súmula Vinculante, é correto afirmar que:

- a) somente os Tribunais Superiores podem editá-la.
- b) podem ser canceladas, mas vedada a mera revisão.
- c) a proposta para edição da Súmula pode ser provocada pelos legitimados para a propositura da ação direta de Inconstitucionalidade.
- d) desde que haja reiteradas decisões sobre matéria constitucional, o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, aprovar a Súmula mediante decisão da maioria absoluta de seus membros.

25. (6.º Concurso Público de Outorga de Delegações de Notas e de Registro/TJSP — 2009) É integrante do Poder Judiciário o:

- a) Tribunal de Contas.
- b) Juiz Militar.
- c) Juiz de Paz.
- d) Ministro da Justiça.

26. (Oficial de Justiça SP/VUNESP — 2009) A competência dos Tribunais dos Estados será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do:

- a) Tribunal de Justiça.
- b) Governador do Estado.
- c) Legislativo Estadual.
- d) Supremo Tribunal Federal.
- e) Superior Tribunal de Justiça.

27. (Procurador do Estado/AM/FCC/2010) A Constituição Federal, ao disciplinar o regime dos precatórios judiciais, determina que:

- a) as condenações judiciais de natureza alimentar não estão sujeitas a pagamento por precatório, qualquer que seja seu valor.
- b) as condenações judiciais em favor de pessoas com mais de sessenta anos não estão sujeitas a pagamento por precatório, qualquer que seja seu valor.
- c) é vedado o fracionamento do valor do precatório em qualquer hipótese.
- d) o credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor.
- e) é vedada a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federativo.